

# **CURRÍCULO E AVALIAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA CECÍLIA ESTOLANO MEIRELES**

**Alzenira Cândida Alves**

Graduanda de Pedagogia CFP / UFCG

[alzenira10@hotmail.com](mailto:alzenira10@hotmail.com)

**Jaiana Cirino dos Santos**

Graduanda de Pedagogia CFP / UFCG

[jaianacz@hotmail.com](mailto:jaianacz@hotmail.com)

**Hercília Maria Fernandes**

Professora Doutoranda CFP - UFCG / UFRN

[fernandeshercilia@yahoo.com.br](mailto:fernandeshercilia@yahoo.com.br)

## **RESUMO:**

A avaliação consiste uma das atividades do processo de ensino e aprendizagem vivenciada pelas instituições formadoras; constituindo, propriamente, um dos componentes integradores do Projeto Político-Pedagógico da escola, especialmente quando elaborado e executado na perspectiva do currículo participativo e democrático. Nessa perspectiva, o artigo tem como objetivo promover discussões sobre a avaliação e o currículo escolar, especialmente em torno da diretriz avaliativa adotada na proposta curricular da Escola Cecília Estolano Meireles, pertinente à esfera municipal de ensino da cidade de Cajazeiras-PB. Almeja-se, assim, compreender quais relações entre currículo e avaliação apresentam-se expressas no Projeto Político-Pedagógico da instituição, de modo a promover uma aprendizagem processual e significativa aos discentes. Para tanto, o estudo baseia-se nas reflexões propostas no caderno “Currículo e Avaliação”, que constitui um dos volumes da coletânea “Indagações sobre currículo”, possibilitando, assim, a análise do PPP da escola no tocante à avaliação e aos instrumentos avaliativos adotados nas práticas educativas da instituição. Os resultados da pesquisa apontam que o processo de avaliação da instituição apresenta proximidades e distanciamentos com as reflexões propostas pelo caderno em estudo, o que requer dos diversos segmentos humanos, que constituem a escola, a adoção de um processo de reavaliação de suas concepções, objetivos, metas e ações.

**Palavras-Chave:** Currículo. Avaliação. Projeto Político-Pedagógico.

## **1 INTRODUÇÃO**

A avaliação constitui um dos processos cotidianos existentes na sociedade e, igualmente, de aprendizagens vivenciadas no âmbito escolar. No tocante à prática escolar, a avaliação consiste um dos componentes curriculares que visa o desenvolvimento humano, intelectual e social dos indivíduos. Nesse sentido, a avaliação integra o Projeto Político-Pedagógico da escola, que consiste um instrumento que norteia as ações educativas, prévia e intencionalmente refletidas e elaboradas, por meio de escolhas a serem postas em prática; além de consistir um instrumento de reflexão e redefinição do desempenho escolar.

Assim, na perspectiva da escola enquanto lugar de construção da autonomia e da cidadania, a avaliação dos processos, sejam eles das aprendizagens, da dinâmica escolar ou da própria instituição, não deve ficar sob a responsabilidade apenas de um ou de outro profissional. Antes disso, deve se configurar uma responsabilidade tanto da coletividade, como de cada um, em particular (FERNANDES; FREITAS, 2008).

Nessa perspectiva, o artigo tem como objetivo promover discussões sobre a avaliação e o currículo escolar, especialmente em torno da diretriz avaliativa adotada na proposta curricular da “Escola Cecília Estolano Meireles”, pertinente à esfera municipal de ensino da cidade de Cajazeiras-PB. Com o trabalho, almeja-se compreender quais relações se podem estabelecer entre currículo e avaliação, a partir da análise do Projeto Político-Pedagógico da instituição-campo de pesquisa. Para tal feito, o estudo baseia-se nas reflexões propostas pelos pesquisadores Cláudia de Oliveira Fernandes e Luiz Carlos de Freitas, no caderno “Currículo e Avaliação”, que constitui um dos volumes da coletânea “Indagações sobre currículo” (DCOCEB/SEB/MEC, 2008), promovendo, assim, a análise do PPP da escola no tocante à avaliação e aos instrumentos avaliativos utilizados nas práticas educativas da instituição.

A coleção *Indagações sobre currículo* consiste uma publicação da Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica - DCOCEB, vinculada à Secretaria de Educação Básica – SEB, do Ministério da Educação – MEC. O objetivo da coleção consiste em: “deflagrar, em âmbito nacional, um processo de debate, nas escolas e nos sistemas de ensino, sobre a concepção de currículo e seu processo de elaboração” (DCOCEB/SEB/MEC, 2008, 2008, p. 5).

Dessa forma, levando em conta que as ações do MEC têm se direcionado à promoção de uma política de formação de uma escola participativa e democrática, cujos sujeitos colaborem no processo de elaboração, implementação e avaliação dos currículos, especialmente na perspectiva de concretização do Projeto Político-Pedagógico da escola; e considerando que a avaliação, conforme anunciado, igualmente constitui um dos componentes integradores da prática curricular, é que surgiu o interesse de se investigar como a avaliação vem sendo tratada na proposta e prática curricular escolar.

Nesse sentido, as reflexões e análises suscitadas no artigo relacionam-se as atividades desenvolvidas na disciplina “Currículo e Escola”, no semestre letivo de 2011.2, sob o ministério da prof<sup>a</sup>. Doutoranda Hercília Maria Fernandes, pertinente ao curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Assim, enquanto estrutura, o trabalho se desenvolve a partir de discussões propostas por Fernandes e Freitas (2008), mas também comporta um conjunto de discussões acerca de

uma atividade de pesquisa vivenciada durante o desenvolvimento da disciplina Currículo e Escola. Dentre elas a caracterização do *locus* de investigação “Escola Cecília Estolano Meireles”, bem como a análise do tema “currículo e avaliação” no Projeto Político-Pedagógico da instituição.

Para se efetuar a análise do PPP, parte-se das indagações propostas no caderno Currículo e Avaliação, cujas discussões teóricas levam as autoras deste estudo a considerar que o processo de avaliação da instituição apresenta proximidades e distanciamentos com os novos valores, paradigmas e práticas que permeiam o currículo e a avaliação na contemporaneidade. O que requer a emergência de um processo de debates de reavaliação das concepções, objetivos, metas e ações adotadas pelos diversos segmentos humanos que constituem a escola, a fim de efetivação de uma prática curricular avaliativa nos princípios da escola autônoma, democrática e cidadã.

## **2 CURRÍCULO E AVALIAÇÃO: ALGUMAS INDAGAÇÕES**

A avaliação é um processo histórico que se propaga de acordo com as mudanças sociais, tendo em vista os múltiplos contextos que perpassam a vida dos sujeitos humanos. Ou seja, a avaliação está presente no cotidiano dos indivíduos, ocorrendo de maneira espontânea ou através do ensino formal. Na educação, a avaliação deve partir de um currículo planejado, envolvendo todo o coletivo da instituição. O currículo, por sua vez, tem por objetivo direcionar caminhos de como trabalhar as diversidades encontradas dentro da escola, atribuindo juízo de valor que deve ser realizado de forma ética e democrática a respeito do objetivo que se pretende alcançar, principalmente no ensino e na aprendizagem escolar.

Nesse sentido, as práticas pedagógicas do educador podem se tornar um ato classificatório, sendo que o juízo de valor se expressa nas suas ações diárias desenvolvidas em sala de aula. Haja vista que a atividade docente requer um processo contínuo de reflexões em torno da práxis, especialmente no tocante ao ato de avaliar. Segundo indagam Fernandes e Freitas (2008, p. 19): “Até que ponto, nós, professores, refletimos sobre nossas ações cotidianas na escola, nossas práticas em sala de aula, sobre a linguagem que utilizamos, sobre aquilo que pré-julgamos ou outras situações do cotidiano?”.

Dessa maneira, faz-se fundamental que o educador reflita as suas práticas desenvolvidas no cotidiano da sala de aula, respeitando as experiências que os indivíduos trazem do seu convívio em sociedade. Tendo em vista que a avaliação consiste um dos aspectos do processo pedagógico, cuja prática deve colaborar no desenvolvimento da

criticidade do indivíduo, interagindo os conhecimentos escolares com os contextos em que alunos estão inseridos. Nesse sentido, o corpo docente não deve utilizar o ato de avaliar apenas para medir e controlar o rendimento do discente dentro da instituição escolar.

Segundo Fernandes e Freitas (2008) perpassam, na prática escolar, duas formas de avaliação: a *avaliação formativa* que tem princípios norteadores no próprio processo educativo e a *avaliação somativa* que apresenta a função de julgar o resultado final, ou seja, ao término do ano letivo, sendo feita uma avaliação com objetivo de somar as notas do aluno durante o período escolar.

Para Allal (apud FERNANDES; FREITAS, 2008 p. 21), “os processos de avaliação formativa são concebidos para permitir ajustamentos sucessivos durante o desenvolvimento e a experimentação do currículo”. Dessa forma, a avaliação formativa se apresenta como processo de aprendizagem na relação professor e aluno, já que o docente não é o único responsável pelo desempenho do educando, embora oriente a construção do conhecimento. Para que isso aconteça, faz-se necessário, também, que o discente conheça os conteúdos necessários à construção de sua autonomia.

Nesse sentido, a avaliação formativa consiste, conforme Afonso (apud FERNANDES; FREITAS, 2008), um dispositivo pedagógico adequado à concretização de uma efetiva igualdade de oportunidades de sucesso na escola básica. E, quando articulada à diversidade, torna-se democrática ao desenvolver a criticidade do aluno. Haja vista que as características processuais da avaliação têm como objetivo analisar a capacidade, habilidade e desenvolvimento do aluno durante todo o ano letivo. Dessa forma, a escola avalia se o discente desenvolveu com competência todas as etapas do processo de ensino e aprendizagem na sala de aula.

De acordo com Fernandes e Freitas (2008) as práticas na avaliação da aprendizagem são apresentadas de diferentes perspectivas, dependendo da concepção pedagógica da escola, pois esta incorpora diversas práticas, eliminando algumas e hierarquizando outras, etc. Assim, os instrumentos de avaliação como provas, trabalhos, relatórios, entre outros, devem ser expostos aos alunos de forma clara no que se pretende alcançar em cada avaliação. Porém, se os instrumentos forem utilizados de maneira inadequada podem trazer consequências ao rendimento escolar dos alunos. Nesse contexto, é importante avaliar alguns aspectos no processo de elaboração dos instrumentos de avaliação, tais como: a linguagem que será utilizada; a contextualização investigada; o conteúdo de forma significativa; a coerência com o propósito de ensino; e explorar a capacidade de leitura e de escrita (FERNANDES; FREITAS, 2008, p. 27).

Em relação à educação infantil, o método de avaliar centra-se no acompanhamento do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças. E essa forma avaliativa está próxima da avaliação formativa por ser contínua e inclusiva. De acordo com advertência feita no artigo 24 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a avaliação contínua e acumulativa necessita de uma verificação sobre o rendimento escolar, sendo observados os critérios de avaliação que permanecem nos processos quantitativos e qualitativos no decorrer da aprendizagem escolar. Visto que a avaliação se concretiza na adoção de instrumentos avaliativos, que almejam definir os critérios de como avaliar.

O professor pode usar, enquanto instrumento de avaliação, o *portifólio*, que consiste um instrumento de aprendizagem em que os alunos podem registrar todas as construções efetivadas nas aulas; verificando assim os seus esforços, desempenhos, dúvidas e criações. Assim, o portfólio pode consistir um procedimento de grande importância para aprendizagem do discente. Outro tipo de instrumento que facilita a prática de avaliação formativa corresponde ao *caderno de aprendizagem*, que igualmente proporciona o registro de informações e dúvidas. A prática com o caderno de aprendizagem envolve dois momentos: atividades de acompanhamento dos conteúdos escolares, que têm como objetivo superar as dificuldades e dúvidas inerentes às atividades estudadas. E os registros reflexivos, que objetivam servir de autoavaliação para os alunos.

O *memorial*, por sua vez, constitui um instrumento de avaliação que visa à concretização da escrita do discente, visto que contém o propósito de fazer com que o aluno reflita sobre as suas ações e o seu compromisso durante o processo de aprendizagem, contribuindo assim para o crescimento individual e coletivo da turma. Outro instrumento relacionado à avaliação condiz ao *conselho de classe*, que consiste na troca de informações e experiências entre professores que trabalham com os mesmos alunos, a fim de criar uma estratégia que favoreça os processos de aprender. Dessa forma, o conselho de classe não deve ser entendido, simplesmente, como fechamento de notas e decisões acerca da aprovação ou reprovação de alunos.

Além da avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, segundo Fernandes e Freitas (2208), faz necessária a avaliação institucional e a avaliação do sistema educacional. A avaliação institucional tem como apoio o Projeto Político-Pedagógico da escola, que é elaborado coletivamente pelos os profissionais envolvidos na educação, que se articula à comunidade local para criar e propor alternativas aos problemas. A avaliação do sistema educacional acontece fora da rede avaliada, sendo a mesma elaborada pelas secretarias de educação, envolvendo assim as escolas e os professores de forma que esta seja realizada com

legitimidade técnica e política, pois os resultados obtidos nesta avaliação são usados tanto na avaliação institucional como pelo educador na avaliação da aprendizagem dos alunos.

Assim, os sistemas de avaliações nacionais como SAEB, Prova Brasil, ENEM e ENAD, que vêm sendo implementados, desde os anos 90, no Brasil, apresentam o propósito de construir uma escola de melhor qualidade, sendo os resultados apresentados nas avaliações debatidos nas escolas e redes de comunicação para que, de fato, a educação se torne um instrumento de democratização do sistema educacional brasileiro, com intuito de superar as dificuldades encontradas dentro da escola, visando diminuir o índice de reprovação e evasão escolar.

### **3 O CURRÍCULO E A AVALIAÇÃO NA ESCOLA CECÍLIA ESTOLANO MEIRELES: UMA ANÁLISE DO PPP**

O Projeto Político-Pedagógico da escola consiste um instrumento norteador da prática escolar mediante escolhas educativas prévia e coletivamente discutidas e sistematicamente direcionadas ao alcance de objetivos, metas e ações. Consiste um instrumento que direciona caminhos flexíveis de ensino e aprendizagem; e que intenciona, dentre os seus múltiplos objetivos, a compreensão da avaliação dentro do contexto escolar. Nesse sentido, as reflexões e possibilidades de avaliar o Projeto Político-Pedagógico de uma escola abrangem o exame da proposta educativa intrínseca ao currículo escolar. Visto que o currículo, nos termos de uma escola participativa e democrática, decorre de um amplo processo de diálogos e escolhas coletivas, proporcionando assim a troca de experiências entre os diversos sujeitos que compõem a escola, a fim de que as práticas educativas sejam redimensionadas, em especial às atividades docentes, conforme as necessidades de aprendizagem dos alunos.

Dessa forma, mediante os estudos realizados na disciplina Currículo e Escola, realizou-se um seminário temático, sendo o estudo apresentado em sala de aula, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande (CFP/UFCG, Cajazeiras-PB), em novembro de 2011. Além do estudo teórico em torno da relação currículo-avaliação, foi desenvolvida uma atividade de pesquisa sobre o Projeto Político-Pedagógico de uma escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental da cidade de Cajazeiras, cujo objetivo consistia em compreender a proposta curricular no que diz respeito à avaliação. Entretanto, para subsidiar a análise fez-se necessário, primeiramente, contextualizar a escola, especialmente os aspectos relacionados à sua historicidade e organização do cotidiano pedagógico.

Nas décadas de 1960 e 1970, com a construção do conjunto de Casas Populares, foi edificada a escola para atender aos filhos dos moradores em idade escolar, recebendo o nome de Escola de 1º Grau Arsênio Rolim Araruna, funcionando apenas duas salas de aula e não havendo diretora para referida escola, bem como a fiscalização de supervisão não existiam, as professoras exerciam vários cargos como merendeira, auxiliar de serviços gerais. Nessa época, a escola só tinha duas salas, um banheiro, local da biblioteca, uma pequena cozinha, um pátio que servia de área de lazer para as crianças menores, a escola não era murada.

Hoje, a instituição conta com os seguintes espaços: administrativos, com uma secretaria, uma diretoria, na parte técnica pedagógica com nove salas de aula, uma sala de professor, uma sala de vídeo, um laboratório de informática, uma biblioteca, na assistência ao estudante é composta por uma cantina, depósito de alimentos, área esportiva e na área de serviço gerais contém um depósito de matéria de limpeza, um almoxarifado, oito banheiros: quatro masculinos, sendo três para alunos e um para professor; quatro femininos: três para alunas e um para professora.

A escola funciona com três modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. A instituição é composta por 600 alunos, sendo distribuídos nos três turnos. Os discentes que frequentam a escola são, em sua grande maioria, oriundos da zona urbana, dos bairros adjacentes e de alguns sítios vizinhos. São filhos de pais com economia de baixa renda e a maioria deles é beneficiada com o programa Bolsa Família.

A escola conta com 48 docentes, incluindo um coordenador pedagógico e três que ficam na coordenação, visto que todos são habilitados para a área que exercem e a maioria tem especialização, apresentando um bom relacionamento com toda comunidade escolar, proporcionando assim uma troca de experiência para o ensino e a aprendizagem, sendo que a maior parte dos professores é do quadro efetivo. A remuneração desses profissionais é condicionada a sua formação prevista pelo plano de cargo. Todos os docentes participam da formação continuada de acordo com a sua área de ensino. A instituição dispõe, ainda, de 16 funcionários que contribuem com os serviços organizacionais, sendo que a maioria é formada por funcionários efetivos e alguns poucos contratados.

Considerando que para formar cidadãos críticos e conscientes faz-se necessária uma ação conjunta entre escola e comunidade, com apoio de órgãos governamentais tais como o MEC, CME, SEC, CE e UFCG, o estabelecimento escolar trabalha com projetos pedagógicos que se articulam as diretrizes curriculares nacionais, desenvolvendo-se em torno das seguintes temáticas: Leitura e Escrita, Rádio Recreio, Coral na Escola, Língua Inglesa, Sexualidade, Dança, Dia “D”, Amigos da Escola e, por fim, a Noite do Pijama.

O Projeto Político-Pedagógico da escola foi elaborado com a colaboração dos gestores escolares, coordenação pedagógica, conselho escolar, corpo docente e discente e contou com a participação dos pais e responsáveis; almejando desenvolver um trabalho educativo que atenda as necessidades da comunidade, em especial na busca por “superar as dificuldades detectadas no âmbito escolar”. Tendo em vista que, segundo o PPP da instituição, a “Escola é um lugar onde as diferentes linguagens assumem grande importância, pois são as ferramentas para ler, entender, interpretar o mundo” (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, s/d, p. 1).

Em relação à avaliação, o documento institucional elenca que os processos avaliativos direcionados aos estudantes se efetivam de formas variadas, permitindo a realização de escolhas por parte de cada professor, pois os conteúdos são trabalhados de maneira acessiva, facilitando a aprendizagem do aluno. Porém, o documento sugere, enquanto atividade de avaliação, a utilização da “ficha de acompanhamento individual para detectar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos educandos”. Assim como o desenvolvimento de “atividades a partir do interesse e da necessidade do educando, através de *projetos*, para facilitar o processo de ensino e aprendizagem” (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, s/d, p. 2, grifos nossos).

Assim, verifica-se que os docentes, na sua prática pedagógica, utilizam recursos metodológicos diversificados, tais como: atividades com colagem, memorial para superar as dificuldades apresentadas pelos discentes, fazendo com que os alunos desenvolvam a escrita e leitura. Muito embora eles ainda realizem atividades voltadas à verificação da aprendizagem em trabalhos finais, haja vista que escola, a cada término de bimestre, realiza uma semana direciona a aplicação de provas, conforme norteia o currículo.

A instituição flexiona os objetivos, os conteúdos, os modos de ensinar e avaliar, contextualizando o currículo de forma a atender as reais necessidades dos discentes. Muito embora o seu PPP sinalize para a dificuldade de se adotar uma postura didática efetivamente construtivista, especialmente quando se refere à diretriz metodológica adotada pela escola, que utiliza: “o método que se aproxima mais da realidade do educando, sendo um *pouco tradicional* e ao mesmo tempo tentando seguir *determinados passos da teoria construtivista*”. Essa articulação entre abordagens aparece justificada, no documento, na crença de que: “a passagem de uma didática centrada na transmissão do conhecimento para outra não se dá de um dia para o outro” (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, s/d, p. 5, grifos nossos).

Entretanto, a escola utiliza a diversificação dos instrumentos avaliativos como forma de viabilizar uma maior variedade de informação sobre a prática pedagógica e os processos de aprendizagem, oferecendo possibilidades de reflexão, aos professores, acerca de como os



conhecimentos estão sendo concebidos pelas crianças. O que se considera uma atividade favorável ao desenvolvimento da práxis docente de avaliação, pois segundo elucidam Fernandes e Freitas (2008, p. 27):

Ao falarmos de instrumentos utilizados nos processos de avaliação, estaremos falando das tarefas que são planejadas com o propósito de subsidiar, com dados e análise do professor acerca do momento de aprendizagem de seus estudantes (FERNANDES; FREITAS, 2008, p.27).

Dessa forma, os professores da escola em que esta pesquisa se realizou, no sentido de utilização de instrumentos avaliativos variados, buscam desenvolver o processo de aprendizagem de seus alunos com base nos critérios da avaliação contínua, sendo a avaliação direcionada para a superação das dificuldades encontradas pelos discentes no decorrer do processo de avaliação. Todavia, em termos da verificação dos resultados de aprendizagem, a escola ainda faz uso de práticas consideradas tradicionais, como a aplicação de provas finais que visam à medição da aprendizagem em notas. Assim, a escola apresenta uma proposta curricular que se aproxima e, simultaneamente, se distancia das discussões propostas por Fernandes e Freitas (2008), no caderno “Currículo e Avaliação”. Especialmente em relação à compreensão do que consista o ato de avaliar que, em síntese, não envolve a pura medição quantitativa do conhecimento. Contrariamente, o ato de avaliar constitui um processo em que a realização de provas e a atribuição de notas ou conceitos consistem apenas partes integrantes do todo, não um fim em si mesmo.

Dessa maneira, a avaliação deve ser concebida, além da verificação de resultados almejados, como uma possibilidade de aprendizagens significativas aos educandos. Deve remeter professores e estudantes ao planejamento de suas ações futuras, tendo em vista que:

A avaliação é uma atividade orientada para o futuro. Avalia-se para tentar manter ou melhorar nossa atuação futura. Essa é a base da distinção entre medir e avaliar. Medir refere-se ao presente e ao passado e visa obter informações a respeito do progresso efetuado pelos estudantes. Avaliar refere-se à reflexão sobre as informações obtidas com vistas a planejar o futuro. Portanto, medir não é avaliar, ainda que o medir faça parte do processo de avaliação (FERNANDES; FREITAS, 2008, p. 19).

Assim, avaliar a aprendizagem do estudante não começa e muito menos termina quando o professor atribui nota à aprendizagem. Sendo parte de um processo maior, a avaliação deve ser usada tanto no sentido de um acompanhamento do desenvolvimento do estudante, de modo a possibilitar uma apreciação final sobre o que este estudante pôde obter

em um determinado período, sempre com vistas a planejar ações educativas futuras e não excludentes, cujo juízo de valor se configura, apenas, por meio de uma nota.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O currículo e avaliação na escola são de grande relevância para o êxito das práticas educativas intencionais, tendo em vista que é preciso que os sujeitos educativos, em especial os professores, tenham clareza sobre as concepções compartilhadas que movem as suas escolhas. Nesse sentido, o texto de Fernandes e Freitas (2008) realiza preciosas discussões sobre os valores e as lógicas de avaliação existentes na atualidade. Adverte que, por meio da avaliação, se podem reproduzir hierarquias que selecionam, organizam e normatizam os conhecimentos de modo a propiciar exclusões existentes na própria dinâmica social.

Assim, considera-se que o processo de avaliar no âmbito escolar constitui um fenômeno bastante complexo, haja vista que o senso comum, segundo denunciam Fernandes e Freitas (2008), direciona-se, em geral, à medição do conhecimento do aluno, que nem sempre se mostra coerente com o seu desenvolvimento intelectual e social, que, em síntese, deve ocorrer de forma integral e processual; consistindo, propriamente, numa possibilidade de ensino e aprendizagem inclusivos e contínuos.

Dessa forma, em relação à investigação realizada na escola, especificamente em torno da avaliação em sua proposta curricular, entende-se que o processo de avaliação da instituição, conforme analisado anteriormente, apresenta ideias próximas e, simultaneamente, distanciadas às sugestões propostas no caderno. Muito embora o PPP da instituição advogue a defesa em torno de uma prática curricular pautada nas necessidades socioeducacionais dos educandos. Práticas estas orientadas a partir da participação coletiva de todos os membros educativos na elaboração e avaliação do Projeto Político-Pedagógico, especialmente dos processos de avaliação que, segundo se pôde verificar, se tencionam alicerçados nos valores e instrumentais da avaliação formativa, embora busque articulá-los a uma prática de avaliação somativa que, essencialmente, difere da avaliação processual na medida em que almeja a obtenção, exclusiva, de um produto final. Tal realidade requer que os sujeitos educativos que compõem a instituição sejam motivados a refletirem as suas concepções de educação e avaliação, sobretudo em relação ao papel social da escola; pois a avaliação, como integrante do processo de formação e desenvolvimento humano, deve possibilitar, além da obtenção satisfatória de uma nota, o alcance de objetivos educacionais mais amplos que contribuam, inclusive, à promoção do pensamento autônomo e à participação social.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Indagações sobre currículo**: educandos e educadores: seus direitos e o currículo. Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

FERNANDES, Claudia de Oliveira. **Indagações sobre currículo**: currículo e avaliação. Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Tradução Ernani F. da Fonseca. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo**: diversidade e currículo. Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

LIMA, Elvira Souza. **Indagações sobre currículo**: cultura e desenvolvimento humano. Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura. Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **Escola Cecília Estolano Meireles**, s/d, 10 p. [?], Cajazeiras-PB (Digitalizado).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro, CARDOSO, Maria Helena Fernandes. **Escola fundamental**: currículo e ensino. 2. ed. Campinas-SP, 1995.